



A Educação como Propagadora da Fé: Um Estudo Sobre o Ensino Religioso Através das Excursões do Grupo Escolar José Rangel – Juiz de Fora (1949-1960)

Education as a Vehicle for the Propagation of Faith: A Study of Religious Instruction Through the Excursions of José Rangel Primary School, Juiz de Fora (1949–1960)

Lígia de Souza Junqueira

Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://lattes.cnpq.br/697101423634332>

Milena Aparecida Almeida Candiá

Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://lattes.cnpq.br/9472101337054875>

Resumo: O objetivo do presente estudo centra-se na análise da influência do ensino religioso, principalmente o católico, nas práticas educacionais das excursões do Grupo Escolar José Rangel na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais, como também na investigação de como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário. Para tanto, esta pesquisa recorreu ao acervo do referido Grupo Escolar, o qual contém documentos e registros das atividades educacionais realizadas no período de 1949 a 1960. Procurou-se, assim, compreender o fenômeno educativo através de tais práticas, tanto em uma dimensão mais restrita, entendendo-as como produtoras de sentidos e identidades, como em uma dimensão mais macro, pela qual se procura evidenciar o processo de inserção e legitimação do ideário católico na escola pública.

Palavras-chave: ensino religioso; grupo escolar; práticas educativas.

Abstract: This study aims to analyze the influence of religious education—particularly Catholic instruction—on the educational practices associated with the excursions organized by José Rangel Primary School in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil. It also investigates how the Catholic Church employed education as a means of disseminating its religious ideals. To this end, the research draws on the archival collection of the school, which contains documents and records of educational activities carried out between 1949 and 1960. The study seeks to understand the educational phenomenon through these practices, both from a micro-level perspective, considering them as producers of meanings and identities, and from a macro-level perspective, highlighting the process through which Catholic ideology was introduced into and legitimized within the public school system.

Keywords: religious education; primary school; educational practices.

INTRODUÇÃO

A Educação Primária nos Anos de 1920 a 1946

Em meados da década de 1920, o Brasil passava por um clima de ebulição política e social. Pode-se dizer que tal configuração estava em consonância com o processo de transição de uma sociedade de base agrário-exportadora para uma

sociedade de economia industrial-urbana. Essa conjuntura possibilitou a expansão da classe média e do operariado, que se mobilizaram no sentido de buscar melhores condições de vida, maior participação política e democratização do acesso à escolarização.

Tais transformações contribuíram para impulsionar o debate sobre o atraso em que se encontrava o sistema educacional brasileiro, estimulando também inúmeras reformas educacionais em alguns estados e no Distrito Federal.

Dentre essas reformas, cabe destacar a de Minas Gerais, idealizada pelo então Secretário do Interior, Francisco Campos, durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Tal Reforma sustentou-se, em certa medida, na crença de que a escola era o melhor caminho para a formação de um novo homem e de uma nova sociedade.

Estes preceitos estavam afinados com o pensamento liberal do filósofo John Dewey, que entendia a sociedade democrática como resultante da atividade livre e racional de cada indivíduo capaz de formar um todo harmônico e consensual. O papel da educação seria o de orientar o indivíduo no exercício de sua liberdade e racionalidade, corrigindo-lhe seus prováveis desvios. A escola nesta perspectiva adquiriu a função de instrumento de reconstrução social, uma vez que através de uma escolarização organizada em bases sólidas e igualitárias, seria capaz de construir e cristalizar comportamentos coletivos, desejáveis e harmoniosos. Ou seja, através de uma base educacional homogênea e eficiente, que garantisse igualdade de oportunidades, é que se poderia formar indivíduos racionais e responsáveis que respeitassem e fizessem respeitar os direitos inalienáveis de uma sociedade democrática (Peixoto, 1983).

Com relação à proposta de remodelação da escola primária mineira, várias frentes foram abertas no sentido de sustentar novos métodos e práticas de ensino. As excursões escolares ganharam grande relevância na época, visto que permitiriam uma prática formativa que extrapolaria a sala de aula e os muros da escola, valorizando os aspectos didáticos e socializadores destas práticas. No decreto nº 7970-A/1927, que regulamenta a Reforma de ensino primário, observa-se a seguinte proposição:

Os professores promoverão, sempre que possível, excursões escolares, como meio de educação e de ensino, os directores das escolas reunidas e de grupos, auxiliados pelos respectivos professores, bem como os professores das escolas singulares, estudarão, as respectivas sedes e organização para os seus estabelecimentos um programma de excursões para os alumnos de cada anno do curso (Minas Gerais, 1927, p. 1232).

As excursões tornaram-se, então, um importante recurso pedagógico, tendo sido também apontadas no decreto n.º 8094/1927, que aprovou os programas do ensino primário. No trecho que se refere às práticas escolares, Excursões Escolares, são abordadas as finalidades destas atividades:

As excursões aos varios pontos da séde escolar trazem preciosos subsidios ao ensino das materias do programma. Constituem ellas um excelente exercicio physico e fazem entrar pelos olhos o dever de cooperar para o bem publico. Offerecem optimos assumptos para composições e facultam, com conhecimento de novas cousas, a ampliação do vocabulario. É onde melhor se pode comprehender as sciencias physicas e naturaes, é onde melhor se faz a inciação no estudo da geographia. Ellas despertam o sentimento do passado, essencial à comprehensão da história, fazendo ver os velhos monumentos locaes, as ruas e estradas mais antigas, os logares onde viveram os nossos maiores, os beneficios que nos legaram curso (Minas Gerais, 1927, p. 1751).

O texto legal acima ressalta as excursões como um importante instrumento pedagógico, cuja prática na escola deveria ser “permanente e metódica”. O desenvolvimento das excursões escolares tinha que ser antecedido de um programa adaptado às mesmas. De acordo com essa legislação, as excursões como recurso pedagógico não poderiam ser entendidas meramente como eventos recreativos, mas, sobretudo, deveriam assumir o papel de uma prática através da qual os alunos investigassem ativamente, conceitos científicos e curiosidades diversas.

Nota-se, ainda, na lei que tais atividades ganharam centralidade, não apenas pelo seu caráter didático-pedagógico no seu sentido mais estrito, ao possibilitar o desenvolvimento da capacidade de observação dos alunos, como por promover o desenvolvimento físico da criança, mas, sobretudo, no sentido de prepará-la para o bom convívio na sociedade. Assim, as excursões assumiram, também, um papel moralizador, tornando-se “um influxo capaz de imprimir no espírito [dos alunos] o sentimento de responsabilidade pelos seus deveres na agremiação social a que pertencem” (Minas Gerais, 1927, p. 1756).

Observa-se, portanto, no corpo da lei a preocupação diretiva atribuída ao processo educativo. Nesse sentido, pode-se inferir que legava-se à escola o papel de inculcar princípios que formassem física e moralmente a criança para que se tornasse um cidadão pacífico e ordeiro.

O modelo instituído pela reforma mineira sofreu poucas alterações em termos legais. No período que transcorreu entre sua instituição e implementação até meados da década de 1940, alguns decretos foram instituídos no sentido de sustentar o projeto de nacionalização da era Vargas (Kreutz, 2003). Porém, pouco contribuíram para o aperfeiçoamento das práticas de excursões escolares, mas, de certa forma, possibilitaram a sedimentação de uma cultura escolar fortemente voltada para os aspectos disciplinadores e moralizadores da prática pedagógica formal.

Essa dimensão moralizadora foi reforçada, principalmente, através da temática religiosa atribuída às excursões. Neste caso, pode-se dizer que, já em 1928, a Igreja procurou sustentar de forma veemente seu projeto político-cultural, conseguindo reverter a laicidade do ensino nas escolas públicas mineiras, reintroduzindo, através da promulgação do decreto-lei nº 1.092, de outubro de 1928,

o ensino religioso nas instituições escolares, aproximando-se, naquele período, do grupo católico do governo de Minas (Peixoto, 1983).

Sabe-se que a partir da proclamação da República, que consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, a questão do ensino religioso, nas escolas públicas, foi formalmente abolida. Como corolário desse novo panorama civilizatório, a Igreja, no intuito de reconquistar os espaços ameaçados pela ruptura com o Estado e arrebanhar novos adeptos, buscou uma nova reestruturação e organização institucional, fundando em nosso território, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um número significativo de instituições de ensino.

Percebe-se que essa nova política, com caráter expansionista, procurava combater também outros movimentos ideológicos anticlericais que adquiriam espaço na sociedade brasileira, dentre estes movimentos, destacam-se, nos primeiros anos da República, a Maçonaria, o Espiritismo e o Protestantismo. E, posteriormente, na década de 1920, o comunismo (Amaral, 2006).

As ações fundamentadas no materialismo empreendidas por comunistas, socialistas e anarquistas, assim como seus projetos de sociedade, opunham-se frontalmente ao espiritualismo da Igreja que os via como um caminho para a desmoralização dos costumes e destruição dos valores religiosos, da família e do amor à pátria. Portanto, a Igreja não se limitava somente ao meio religioso, mas atuava também nos meios político, educacional e cultural.

No que dizia respeito à “educação cristã”, a Igreja propunha uma série de diretrizes, que deveriam ser seguidas por seus fiéis. No que tange à educação escolar, ela era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões, justificando, por conseguinte, conforme Amaral (2006, p. 13):

[...] um forte posicionamento contrário à coeducação e o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob a orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas.

A partir da década de 1930, com a reaproximação da Igreja Católica junto ao governo Vargas, ganhou centralidade entre educadores e intelectuais católicos da época o debate sobre a validade do ensino religioso nas escolas. Esse tema norteou a maioria das discussões no campo político-intelectual, reafirmando, em certa medida, a força social e a organicidade da Igreja Católica.

Foi assim, que Francisco Campos - Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública - reintroduziu o “Ensino religioso”, em caráter facultativo, em todas as escolas públicas oficiais do país, através do Decreto nº 19.941 de 30/04/1931, inicialmente fora do horário normal das outras disciplinas e depois dentro do mesmo horário (Cunha, 2006).

Com efeito, cabe destacar que a questão do ensino religioso perpassa todas as Cartas Magnas desde o ano de 1934, revestida sob o caráter facultativo,

entretanto “tal permanência não se deu sem conflitos, empolgando sempre seus propugnadores e críticos, fazendo com que os debates, no âmbito da representação política, bem como no interior da sociedade civil, se revestissem de contenda e paixão” (Cury, 2004, p. 187).

Deste modo, o ensino público passou a ser considerado pelos católicos um veículo poderoso e eficaz para difundir sua ideologia. Promovendo uma educação que constitui um povo “dócil e ordeiro, fiel a Deus e à pátria, sua família primeira” (Vaz, 2006, p.11)

Em consonância com o projeto anterior, as festas cívico-patrióticas foram uma das formas de se propagar a política do Estado-Novo dentro da escola. As comemorações oficiais eram organizadas de forma condizente com o discurso advindo da cultura política e também religiosa, visando formar cidadãos que atendessem aos interesses do Estado e da Igreja.

As práticas escolares que visavam à socialização dos alunos – como as excursões e os auditórios, por exemplo – se tornaram centrais no currículo, em função de sua influência na formação de hábitos e de valores, de sua importância na inserção do indivíduo numa organização que lhe é superior, centrando-se numa ação educativa, marcada pelo seu caráter disciplinador (Peixoto, 2000).

Diante deste contexto mais amplo, a educação primária em Minas Gerais, reforçou seu caráter moralizante. Observa-se que tal aspecto persiste no decorrer dos anos de 1940 a 1960, após o processo de redemocratização do país, o que pôde ser evidenciado através dos registros das excursões do Grupo Escolar José Rangel (1948-1960).

A TEMÁTICA RELIGIOSA NO COTIDIANO DO GRUPO JOSÉ RANGEL (1949-1960)

Através dos registros das Reuniões de Leituras realizadas neste grupo (1956/1961), nota-se a relevância dada pelo corpo administrativo e docente à realização das excursões escolares, que eram consideradas fundamentais para a aprendizagem do educando, reconhecendo-as como um importante instrumento didático e educativo.

Observa-se na literatura utilizada pelas professoras¹⁶ que as excursões poderiam ter diversas finalidades, como fica evidenciado na citação abaixo:

[...] há muitos tipos de excursões escolares. Algumas delas se põem a serviço de uma disciplina ou de um assunto ou objetivo determinado [...] Há também excursões cujo fim é orientar os alunos na seleção de um assunto ou recolher material para uma série de observações (Aguayo, 1963, p.176).

Ainda de acordo com o autor, toda excursão deveria ser organizada antecipadamente pelo professor que precisaria conhecer e estudar o local a ser visitado. Era também sua função procurar solucionar dúvidas dos alunos, caso elas existissem.

Imbuídas por essa perspectiva, as educadoras do Grupo Escolar José Rangel realizavam diversas excursões, que em sua maioria aconteciam dentro do município de Juiz de Fora, e objetivavam, sobretudo, a fixação dos conteúdos ministrados em sala de aula. Elas concebiam as excursões como práticas complementares e eficazes para a concretização da aprendizagem dos conteúdos do programa. Nestas atividades, os alunos eram levados às praças, museus e outras instituições de ensino da cidade com a finalidade de ampliar seus conhecimentos. Deste modo, tais eventos foram um meio lúdico de se adquirir e compreender informações, propiciando aos alunos experiências diversas.

Com relação ao período estudado, entre 1949 a 1960, foram encontrados 145 registros de excursões do Grupo José Rangel. Pode-se dizer que, segundo esses registros, ocorriam em média doze excursões ao longo de cada ano distribuídas por todas as séries do grupo.

Deste universo, cerca de 60% tinham como finalidade principal ampliar os conteúdos contemplados pelo programa - história, geografia, ciências, português. Havia ainda as excursões internas, ou seja, aquelas que eram realizadas dentro do próprio Grupo, voltadas especialmente, para os alunos que ingressavam na primeira série da escola, representando cerca de 10% dos registros encontrados. Durante essas atividades pedagógicas, as educadoras levavam os alunos às diversas dependências do Grupo, a fim de que estes pudessem se situar melhor no espaço escolar. Algumas dessas excursões abarcavam questões sobre higiene, hábitos alimentares e outros aspectos relacionados à cultura escolar. Do total de registros encontrados, percebe-se, ainda, a ocorrência de algumas excursões voltadas apenas para fins recreativos ou passeios pela cidade, representando um percentual de 8%.

Um número significativo de registros das excursões apresentava como objetivo central o ensino religioso. Tais excursões eram realizadas nas igrejas do centro da cidade através das quais os alunos assistiam à missa e/ou rezavam o terço, adquirindo essas atividades um caráter claramente catequético.

Nota-se ainda ao analisar os registros que grande parte das excursões realizadas para a ampliação dos conteúdos enfocava secundariamente outras temáticas relativas à sociabilidade, ao civismo e à religião.

Pode-se inferir que as excursões que trabalhavam aspectos relacionados à sociabilidade dos alunos integravam elementos atitudinais entendidos como um conjunto de regras e preceitos afirmados pela sociedade, com o objetivo de regulamentar comportamentos que deveriam ser praticados e respeitados pelo sujeito tanto nos espaços públicos quanto nos privados (Cunha, 2006).

Neste caso, as professoras procuravam desenvolver nos alunos bons hábitos para se viver em sociedade tais como observar o tom de voz, cumprimentar pessoas conhecidas, ter delicadeza com pessoas idosas e deficientes, demonstrar respeito aos superiores, dentre outros. Cita-se aqui como exemplo o Relatório da excursão realizada no dia 27 de junho de 1949, pelas classes das 3ª séries, regidas pelas professoras: Maria Hilda Côrtes de Araújo e Ilka Ladeira Halfeld. Tal excursão teve

como itinerário a Academia de Comércio de Juiz de Fora, e trazia como objetivos “concretizar o estudo feito em aula sobre as plantas”, como também o de:

Desenvolver na criança bons hábitos para bem viver em sociedade. b) recomendar o tom de voz que devemos conservar quando estamos na rua. c) cumprimentar as pessoas conhecidas e, saber responder aos cumprimentos, principalmente as autoridades. d) delicadeza com as pessoas idosas e as que possuem defeitos físicos etc. Após as lições do Rvdmo Pe. encarregado da horta, que vieram concretizar o ensino feito em aula, foram as crianças, visitar os pateos de jogos do colegio. E assim voltamos ao Grupo, satisfeitas de vêr que o ensino foi proveitoso e tudo correu com grande ordem. (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, p.86).

Outro exemplo ilustrativo que denota o caráter moralizador dessas excursões pode ser observado no relato abaixo:

Antes de sairmos, fiz-lhes às recomendações sobre o procedimento na rua e a obediência que deveriam prestar às minhas ordens, treinando-os moralmente.[...] Ao chegarmos no alto do Mórro do Cristo, rezámos primeiro; logo após dirigimo-nos para a grade e observámos o traçado das ruas e os monumentos principais[...] Após a explicação dei-lhes liberdade para merendarem e balançarem nos balanços fazendo com que eles tivessem noção de respeito pelos objetos alheios, cordialidade e educação. Notei que as mais abastadas repartiram com muito boa vontade a merenda com os menos favorecidos. [...] Ao regressarmos, deixei os meninos nadassem num riacho sob a minha vigilância e as meninas se retiraram para pôr os pés nas águas mais abaixo. [...] (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, p.4-5).

Em determinadas datas comemorativas, as excursões adquiriam também uma função de instrução cívica no intuito de fortalecer uma identidade nacional. Nessas excursões, as professoras mostravam aos alunos o “dever e a veneração” que deveriam ter para com a nossa Pátria. Tal conotação era mais recorrente no mês de agosto, com a comemoração do Dia do Soldado. Ilustra bem este tema o relatório da excursão realizada no dia 23 de agosto de 1956, tendo como roteiro as praças Antônio Carlos e Riachuelo, onde havia, respectivamente, o busto “do maior soldado brasileiro – Caxias” e o monumento erguido ao Soldado Brasileiro. Esta excursão elencava como objetivo central a História do Brasil, buscando “despertar nas crianças a curiosidade pelas coisas do passado, incentivando-lhes o sentimento de brasilidade”; “desenvolver o sentimento de amor à Pátria”; “fortalecer as atitudes e os ideais de civismo e de moralidade, através do estudo e conhecimento dos grandes acontecimentos da vida brasileira”; “despertar na criança o cumprimento do dever”.

Lá chegando, lemos as inscrições para os alunos, explicando o significado das palavras das mesmas. A seguir, um aluno da professora Elza Fortuna leu uma biografia de Caxias, dando ao término da leitura da mesma, um Viva Caxias! Saímos dali [...] afirmamos prestamos nossa homenagem ao Soldado Brasileiro que derramou seu sangue em defesa da pátria. Ali notamos que as crianças sentiram verdadeiro amor à pátria e o mais puro sentimento do dever cumprido, ao ouvirem algumas palavras da professora Nair sobre o pracinha brasileiro que tão bem soube honrar o nome de sua pátria derramando seu sangue nos campos de batalha. Depois um outro aluno fez uma saudação ao soldado brasileiro na pessoa de Caxias oferecendo-lhe flores em nome de todas as crianças do Grupo José Rangel. [...] Voltamos ao Grupo, passando pela rua Santo Antônio, e antes de lá chegarmos, fizemos uma visita à Jesus Sacramentado, na Catedral, onde rezamos e cantamos dois hinos à Nossa Senhora e ao Coração de Jesus. (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, p.44).

Observa-se, na ata anterior, que, além de se tratar de temas cívicos, a finalidade da excursão se estende à instrução religiosa.

O ensino religioso, ora trabalhado como temática central, ora como elemento periférico, visava não somente instruir os alunos quanto a prática religiosa, mas atuar na formação moral da criança, buscando contribuir para a constituição de um cidadão disciplinado e ordeiro, o que reforça o caráter moral e de socialização desta ação pedagógica.

As professoras levavam os alunos para participarem da missa, a fim de que esses pudessem compreender suas “partes principais” – Ofertório, Consagração e Comunhão, conhecer um pouco sobre os artefatos e objetos existentes na Igreja, ou apenas para rezarem o terço. Temos como exemplo a excursão realizada no dia 23 de junho de 1949, pelas classes de 1ª série, das professoras Odete de Castro Chagas e Maria Lídia de Azevedo. Na ocasião, as crianças visitaram a Catedral de Juiz de Fora, onde:

[...] Depois de explicações sobre a Santa Missa e suas partes principais, bem como sobre a obrigatoriedade de assisti-la inteira, nos Domingos e Dias Santos, dirigimo-nos com nossas classes à Catedral de Juiz de Fora. Conduzidos os alunos ao interior da Igreja, fi-los ajoelharem-se em sinal de adoração ao S. S. Sacramento. Em seguida, dispus as crianças nos bancos vagos a fim de assistirem à Missa, celebrada pelo Reverendo Padre Machado. Durante a celebração do Santo Sacrifício os alunos puderam destacar suas partes principais: ofertório, consagração e comunhão fixando assim muito bem o que lhes que havia ensinado. Os alunos ainda tiveram ensejo para compreender que a Igreja é a Casa de Deus e que portanto é lugar de todo o respeito, principalmente durante a Missa em que Jesus se acha presente na hóstia consagrada, em corpo alma e

divindade. Todas as fases da Missa foram acompanhadas com a maior atenção por partes dos alunos que demonstraram assim grande interesse pelo que haviam aprendido. Tudo foi realizado em meio da maior ordem, parecendo proveitosa a excursão que durou uma hora. Juiz de Fora, 23 de Junho de 1949. Maria Lídia de Azevedo e Odete de Castro Chagas. (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, p.12).

Nota-se no recorte acima que a educação religiosa e os conteúdos abrangidos por ela eram trabalhados em sala de aula no horário regular, o que denota a valorização deste ensino no currículo do Grupo.

Um ponto relevante que merece ser destacado refere-se às excursões realizadas em 1960, que, em sua maioria, abordaram o ensino religioso. Tal incidência decorre do fato de que nesse período foi realizada no Grupo a “Exposição Catequética”, com a finalidade de doutrinar as crianças segundo os preceitos da Igreja Católica. Este evento consistia na exposição de quadros e gravuras, confeccionados pelos alunos, os quais retratavam a vida de Jesus Cristo, bem como miniaturas de objetos que eram utilizados durante a realização da missa.

Ainda dentro desta perspectiva doutrinária, ocorreram no Grupo José Rangel durante o período recortado, além de excursões religiosas, auditórios que abarcaram a questão religiosa e que tinham como finalidade buscar, através de eventos socializantes e integradores, legitimar a cultura católica e formar o cidadão cristão. Cita-se como exemplo, os auditórios destinados à comemoração do Dia do Sacerdote, onde o Grupo Escolar prestava homenagem ao sacerdócio católico em Juiz de Fora. As cerimônias eram cercadas de grande solenidade, com a participação de representantes da Igreja local, e eram publicadas na imprensa juizdeforana.

Além das propostas anteriores, certas excursões religiosas procuravam inculcar nos alunos a ideia de que determinadas concepções ideológicas conflitantes com o Catolicismo – o Comunismo, o Espiritismo, entre outras – eram consideradas um desrespeito à Igreja e aos seus respectivos preceitos, e que por esse motivo deveriam ser combatidas (Rodeghero, 2002). Como no recorte abaixo:

[...] Lá chegando após ter feito com as crianças, com o maior respeito possível, a genuflexão dupla, cada uma tomou o seu lugar. Depois fiz com eles a visita ao Santíssimo e rezei o terço intercalado por cânticos Eucarísticos. A adoração foi feita durante 30 minutos. Rezei também com as crianças, a oração pela conversão dos espíritas e comunistas. (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1958 a 1960, p.21).

Buscava-se, com isso, defender um sistema de valores que privilegiava, enfaticamente, a família, o trabalho e a tradição, compreendendo as desigualdades sociais dentro de uma ordem natural que precisaria ser respeitada. Esta ordem estava ligada “à estabilidade da sociedade fortemente estruturada por imagens paternas e familiares”, se contrapondo, frontalmente, ao sistema Comunista. (Coutrot, 2003, p.337).

Vê-se, portanto, que estas práticas traziam em seu discurso o objetivo de “construir [uma] identidade e reconduzir a sociedade brasileira para dentro do espírito católico, com isso, continuar produzindo através da identidade religiosa regulada, um cidadão católico” (Passos, 2002, p.184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todas as reflexões tecidas até o momento, pode-se entender que as práticas das excursões escolares representaram um importante recurso pedagógico na cultura escolar do grupo pesquisado, pois permitiam aos alunos um contato com o entorno escolar, exercitando seus sentidos, seus pensamentos, promovendo uma “melhora” na sua relação com a sociedade, bem como oferecendo inúmeras oportunidades para seu desenvolvimento físico e espiritual (Aguayo, 1963).

É importante ressaltar, ainda, que determinadas excursões não abordavam apenas uma área do saber. Isso, em certa medida, denotava uma preocupação com a integração dos conhecimentos, em um contexto dinâmico de aprendizagem, ou seja, na realidade concreta. Ao término das excursões, as professoras em geral solicitavam aos alunos que fizessem algumas atividades, dentre elas escrever uma redação sobre a excursão realizada. As melhores redações eram publicadas no jornalzinho da instituição.

Nesse sentido, podemos afirmar que as excursões tiveram um papel fundamental na construção e na configuração de uma cultura escolar própria à instituição. No entanto, torna-se pertinente apontar o quanto esta mesma cultura foi marcada profundamente por ideários que extrapolavam os muros da escola, deixando entrever projetos político-culturais mais amplos que se fizeram notar no cotidiano deste Grupo, atendendo a interesses ideológicos diversos.

As análises anteriores nos permitem inferir que as excursões realizadas no Grupo José Rangel, no período de 1949 a 1960, tornaram-se um espaço significativo para a realização e sustentação do ideário católico, uma vez que tais eventos garantiram a difusão e sedimentação dessa doutrina a qual visava se estender para além dos muros da Escola, atingindo a família e a sociedade.

É válido, ressaltar ainda que esta conotação religiosa, não deve ser compreendida apenas como resultante de um projeto mais amplo, mas também, do envolvimento direto dos atores escolares, os quais se encontravam imbuídos na crença de que eram responsáveis pela difusão da moral cristã. Para tanto, as professoras realizavam excursões com o objetivo, de inculcar nas crianças os preceitos da Igreja Católica, vendo na sua ação educativa, um importante veículo para se formar um “bom cristão”

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, A. M. **Didática da Escola Nova. Tradução de J.B. Damasco Penna e Antônio D'Ávila**. 12.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- AMARAL, Giana Lange do. **A cruzada da imprensa pelotense contra o laicismo educacional (décadas de 1920 a 1930)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.
- COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. Autonomização do campo educacional: efeitos do e no ensino religioso. **Rev. Contemporânea de Educação**, v. 1, p. 1-15, 2006.
- CUNHA, Maria Teresa. **Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (anos 1920 -1960)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. **Rev. Bras. Educ.**, Dez 2004, no.27, p.183-191. ISSN 1413-2478.
- ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA. **Ata de Registro das Excursões do Grupo Escolar José Rangel (1948-1958)**. Juiz de Fora (documento não publicado)
- KREUTZ, Lúcio. **A educação de imigrantes no Brasil**. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, v. 3, p. 347-370
- MINAS GERAIS, **Decreto nº 8094, de 22 de dezembro de 1927**. Aprova os Programas do Ensino Primário, Belo Horizonte, 1927.
- MINAS GERAIS, **Decreto nº 7970-A, de 15 de outubro de 1927**. Aprova o Regulamento de Ensino Primário, Belo Horizonte, 1927.
- PASSOS, Mauro. **Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930)**. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães *et al.* (orgs.). História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil: Anos vinte**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002.
- VAZ, Aline Choucair. **Práticas escolares e festividades cívicas em Minas Gerais (1937 – 1945)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Uberlândia, 2006.